

FMI/BANCO MUNDIAL

22 NOV 1992

Haddad fez declaração desastrada

Afirmção a jornal britânico deixou perplexos técnicos de instituições internacionais

PAULO SOTERO

Correspondente

WASHINGTON — A equipe econômica do presidente em exercício, Itamar Franco, poderá ter uma surpresa desastrada se subestimar as dificuldades que vai enfrentar para negociar metas de desempenho econômico com o Fundo Monetário Internacional e ressuscitar o programa de estabilização que herdou do governo Collor.

A julgar pela declaração que o ministro do Planejamento, Paulo Haddad, fez na semana passada a Cristina Lamb, correspondente do Financial Times no Brasil, o risco de desapontamento é real. "As instituições internacionais sofrem muita pressão da opinião pública, e o fato de terem negociado com um governo corrupto, que desperdiçou muito dinheiro, significará que elas estarão ansiosas para ajudar a nova administração", disse Haddad.

Altos funcionários do FMI e do Banco Mundial (Bird) confirmam, retoricamente, que a disposição de suas organizações é, de fato, ajudar o Brasil. Mas reagiram com incredulidade à desastrada declaração atribuída a Haddad. Um deles considerou impossível que o ministro tivesse feito a afirmação publicada pelo Financial Times, na sexta-feira. "Será que a moça ouviu direito?", perguntou um representante brasileiro num organismo multilateral, referindo-se a Lamb. Há mais de uma razão para a perplexidade provocada pela afirmação de Haddad.

Embora haja interesse dos organismos internacionais em apoiar o acordo entre o Brasil e os bancos, o diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus, não parece nem um pouco ansioso em correr novos riscos no Brasil, depois de ver sua credibilidade política chamuscada nas duas vezes em que apostou nos programas econômicos do go-

verno Collor. É pela falta de seriedade, no entanto, que a declaração de Haddad pode ter efeitos negativos.

O FMI, para começar, não é da opinião de que negociou com um governo corrupto. Acha que tratou profissionalmente com os representantes do governo que o Brasil elegeu para falar em seu nome. Além disso, o Fundo não tem na conta de corruptos o ex-ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, o ex-presidente do Banco Central, Francisco Gros, ou o ex-secretário do Planejamento, Pedro Parente, que conduziu o dia-a-dia dos entendimentos com a organização e, por sinal, está de mudança para Washington — para trabalhar no FMI.

Os técnicos do Fundo certamente se interessarão pela afirmação de Haddad, segundo a qual a administração Collor "desperdiçou muito dinheiro". A impressão que havia até agora, em Washington, era a de

que a equipe de Marcílio havia mantido as contas públicas sob razoável controle e aplainara o terreno para um assalto aos problemas estruturais, que acabou abortado pelo Collor-gate. Se não foi assim, conforme sugere o ministro do Planejamento, o ajuste do setor público, em 1993, terá de ser ainda mais rigoroso.

Medir o diâmetro e a profundidade do buraco é o trabalho a que os economistas do FMI e do governo brasileiro se dedicarão esta semana, em conversas preparatórias às visitas que Haddad e o ministro da Fazenda, Gustavo Krause, farão a Washington na semana que vem. Se houver entendimento sobre esse ponto, as discussões passarão para uma avaliação do pacote fiscal que o governo enviou ao Congresso e tem menos de 30 dias úteis para ser aprovado.

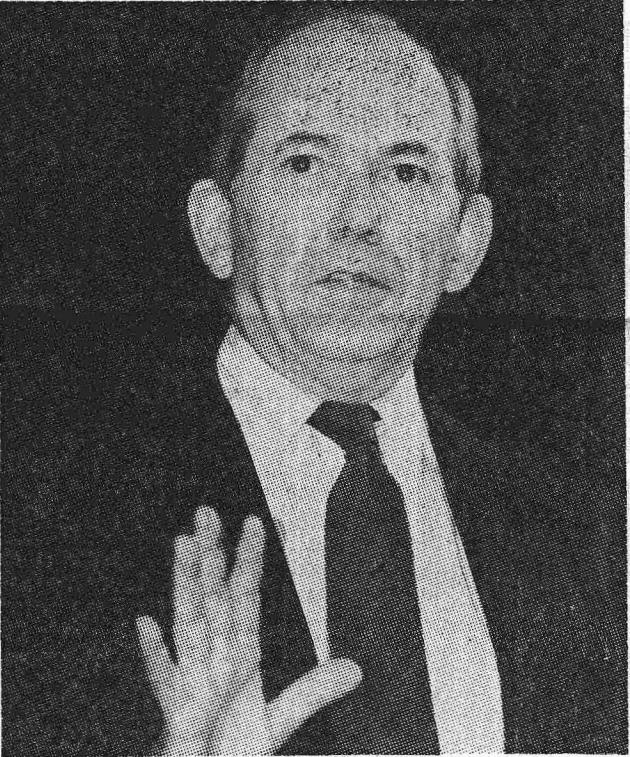
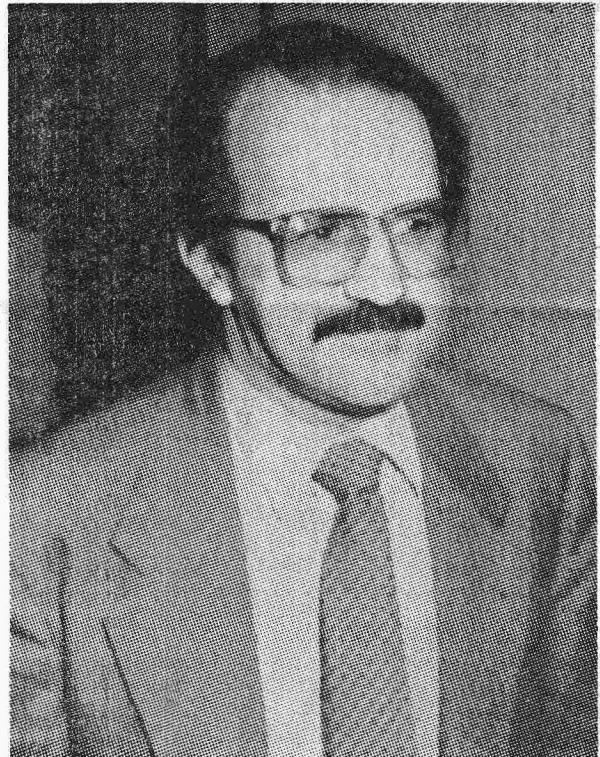
A possibilidade de o Congresso decidir sobre a alocação da receita adicional, aberta pelo projeto de lei do Executivo, é um outro complicador. "Se a receita proporcionada pelo pacote não for usada para cobrir o déficit existente, mas também para pagar por novos programas, a conversa pode se complicar", disse um funcionário internacional familiarizado com os dois lados da questão.

A essas dúvidas devem somar-se as produzidas pelas notórias inclinações populistas, estatistas e nacionalistas do presidente da República, da maior parte de seus ministros e da esmagadora maioria do Congresso. O atraso na atualização de preços e tarifas do setor público e o emperramento do programa de privatização, por exemplo, obrigarão o governo a financiar déficits públicos ainda maiores.

Isso manterá as taxas de juros altas e reforçará o desequilíbrio entre as políticas monetária e fiscal, o grande defeito do programa de ajuste que o Fundo negocia com a equipe de Marcílio e Camdessus fez a diretoria do FMI engolir, a contragosto. Engana-se Haddad se acredita que o diretor-gerente do FMI e seu staff estão ansiosos para repetir a do-

André Dusek/AE—1/10/92

France Press



Surpresa desagradável

Declaração de Haddad (esq.) pode provocar endurecimento de Camdessus (dir.)